

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUF RJ

www.sintufRJ.org.br

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

FASUBRA SINDICATO CUT

Assembleia geral da categoria

A direção do SintufRJ convida a categoria para participar da assembleia geral na quinta-feira, dia 17, no auditório do CT (Fundão), às 10h30 (em segunda e última convocação, iniciando com qualquer quórum).

Pauta:

- . Avaliação da conjuntura nacional.
- . Discussão do calendário do XI ConsintufRJ.
- . Eleição de delegados à plenária nacional da Fasubra, de 1 a 3 de abril.

Hora de aprimorar a Carreira

Reunião do GT-Carreira SintufRJ nesta terça-feira, dia 15, às 10h, no Espaço Cultural da entidade de classe (Fundão).

Não ao retrocesso e à perda de direitos!

Veja o calendário de mobilização da Frente Brasil Popular-RJ:

Segunda-feira, 14: Às 15h, ato em frente ao jornal *O Globo*

(Rua Irineu Marinho, 35). Concentração no edifício "Balança mas não cai" (próximo ao Terreirão do Samba, na Avenida Presidente Vargas).

Sexta-feira, 18: Dia Nacional de Mobilização contra o Golpe e em Defesa da Democracia. Concentração às 16h, na Praça XV.

Quinta-feira, 31: Marcha Nacional Unificada a Brasília.

“Seminário de Reparação Histórica”

Negro, afro-brasileiro, afrodescendente ou indígena têm direito

No sábado, dia 2 de abril, o Movimento de Reparação para Negros e Negras (Morenno) realiza seminário de reparação para negociação com o Estado brasileiro sobre os territórios históricos como preservação da memória e reparação dos danos causados — “pela escravidão e a limpeza étnica promovida pela República” —, nestes 350 anos, ao povo negro e indígena.

No seminário serão apresentadas as formas de negociação com o Estado (nas esferas federal e internacional) para a preservação da área geográfica de herança africana, começando pela região portuária do Rio de Janeiro. O evento será realizado no Centro de Ação da Cidadania (Rua Barão de Teffé nº 75), no Cais do Valongo, às 10h.

A Organização das Nações Unidas (ONU) declarou, em 2001, que o tráfico negreiro, a escravidão e o colonialismo são considerados crimes contra a humanidade, e que, assim, os responsáveis no Brasil deverão negociar a devida Reparação ou indenização com os descendentes das vítimas da escravidão, que até hoje continuam sofrendo seus efeitos.

Carta de Minas

O Seminário Internacional sobre Reparações, realizado nos dias 6 e 7 de novembro de 2015, em Belo Horizonte, reafirmou, na Carta de Minas Gerais, “a luta dos movimentos negros pela reparação, como o ressarcimento da dívida histórica pelos crimes cometidos contra os antepassados escravizados, que se

refletem nas péssimas condições de vida em que há séculos é imposta à maioria da população negra, como crimes continuados”.

De acordo com a Organização para a Libertação do Povo Negro (OLPN), “a igualdade para o exercício de direitos e o acesso a oportunidades implica reconhecimento pelo Estado brasileiro da dívida

histórica existente e de que parcela substancial da riqueza acumulada do Brasil a partir das receitas auferidas com o tráfico negreiro, a comercialização dos africanos e a exploração do trabalho do escravizado negro”.

Base jurídica

A Reparação Histórica se apoia juridicamente nos Direitos Humanos e no Direito Internacional, atualmente contemplado no ordenamento jurídico penal brasileiro. No entendimento de juristas e dos movimentos sociais, após a independência em 7 de setembro de 1822, o Estado brasileiro tornou-se responsável por todos os crimes praticados em seu território e no Continente Africano contra os escravos e hoje a

Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP), aprovado em 2015 no Encontro Nacional de Negros e Negras do Brasil, estabelece normas para a Reparação aos descendentes dos povos africanos escravizados no Brasil.

“diáspora” africana. A relação de crimes hediondos e sem prescrição inclui sequestros, homicídios, torturas cruéis, estupro coletivos e a própria escravidão.

IV Encontro Nacional de Aposentados e Assuntos de Aposentadoria da Fasubra

A quarta edição do encontro nacional será realizada nos dias 7, 8 e 9 de abril, às 8h, no auditório 3 da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (UnB).

O objetivo do evento é inserir os companheiros nas atividades da Federação e proporcionar condições para troca de experiências entre aposentados e futuros aposentados das diferentes instituições de ensino superior, como também

sanar dúvidas em relação às ações realizadas pela Federação.

Neste encontro a Fasubra pretende encontrar soluções para o aprimoramento da carreira para os aposentados, pensionistas e futuros aposentados, bem como corrigir as falhas na Lei nº 12.772/12 no que se refere ao somatório da carga horária dos certificados de capacitação e do incentivo à qualificação.

Lembrete da direção sindical aos aposentados

Não esqueça que no mês do seu aniversário é necessário se dirigir à sua agência bancária para se cadastrar. Caso não tome essa providência, você corre o ris-

co de ter o pagamento do salário suspenso.

Aproveitamos a oportunidade para convidá-la(o) para também atualizar seu cadastro no Sintufjr.

Licença de 120 dias em caso de adoção

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu estender a licença-maternidade de 120 dias, prorrogáveis por mais 60 dias, para as servidoras públicas que adotarem uma criança.

Com a decisão, servidoras adotantes terão direito ao mesmo tempo fora do trabalho que as gestantes, independentemente da idade da criança acolhida. Trabalhadoras da iniciativa privada já contam com os mesmos direitos, se gestantes ou adotantes.

Adesão ao plano Amil

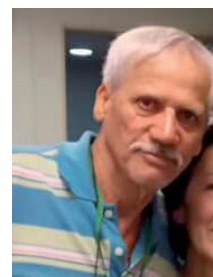
Quem estiver interessado em fazer adesão ao plano de saúde Amil deve entrar em contato com o setor de Convênios do Sintufjr (3194-7102/3194-7103) e deixar nome e telefone.

Em virtude da chegada dos recém-concursados à universidade, a direção sindical conseguiu que a Amil abrisse novo prazo para adesões. Mas a empresa estabeleceu que o número de interessados não pode ser menor do que 50 vidas.

Nota de falecimento

Com pesar informamos o falecimento do técnico-administrativo em educação Jorge Moreira, ocorrido no dia 2 de março. Ele era lotado no gabinete da Decania do CCS, onde trabalhou por 35 anos e fez muitos amigos.

“Agradecemos imensamente o tempo de convivência com ele, que será sempre lembrado pela simpatia, disposição, honestidade, lealdade e sensibilidade para lidar com todos no ambiente de trabalho”, diz a nota enviada pelos seus ex-companheiros do gabinete da Decania do CCS.



No dia 19 de janeiro a categoria ficou órfão de mais uma lutadora, a técnica-administrativa Maria de São Pedro Campos, que trabalhou no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF).



MOBILIZAÇÃO JÁ!

Sindicato inicia debate sobre aprimoramento do PCCTAE

O ano inicia e a luta segue em frente pelo cumprimento do acordo assinado entre a Fasubra e o governo, que pôs fim à greve de cem dias dos técnicos-administrativos em educação nas universidades federais do país, e também do acordo

assinado pela Reitoria da UFRJ com o Sintufrrj.

Com a realização da reunião do GT-Carreira Sintufrrj nesta terça-feira, dia 15, às 10h, no Espaço Cultural da entidade de classe, na Cidade Universitária, a direção

sindical inicia o debate com a categoria, conforme recomendação da Fasubra às bases, sobre o aprimoramento do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE).

Pauta da reunião – Debate e

aprovação de propostas para o aprimoramento do PCCTAE, que serão encaminhadas à Fasubra para negociação com o governo. O acordo de greve garante o ajuste na carreira dos técnicos-administrativos em educação das Ifes.

Conheça os temas do debate – Prepare-se para o debate lendo as propostas aprovadas no I Encontro Nacional de Aprimoramento da Carreira em 2016, realizado pela Fasubra, e publicadas nesta edição do Jornal do Sintufrrj nas páginas 6, 7 e 8.

Mobilização para garantir conquistas da greve

A direção sindical pretende discutir as demandas do pós-greve com a categoria na assembleia de quinta-feira, dia 17, às 10h30, no auditório do CT, como inclusão na pauta já divulgada.

No âmbito nacional, há uma negociação com o governo em curso que precisa ser concluída em maio, conforme calendário acordado com a Fasubra e com os

ministérios da Educação (MEC) e do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), em reuniões logo após a assinatura do acordo de greve.

No âmbito interno, a mobilização é para fazer com que a Reitoria cumpra o acordo da pauta interna de reivindicações da categoria assinado em 2014 pelo ex-reitor e referendado pela atual Ad-

ministração Central. Além disso, é necessário dar prosseguimento ao processo eleitoral para representação técnico-administrativa nos órgãos superiores da universidade, que foi interrompido em 2015 pela Reitoria, assim como à discussão da pauta de reivindicações entregue na última greve.

“Fizemos uma excelente greve, embora não tenhamos

conquistado tudo aquilo que merecemos. Mas foi uma vitória da categoria arrancar alguma coisa do governo numa conjuntura nacional tão adversa para a classe trabalhadora”, afirmou o coordenador-geral do Sintufrrj Francisco de Assis.

Segundo o dirigente sindical, para garantir as conquistas da greve é preciso que a categoria se

mobilize. “O primeiro passo é ir à assembleia na quinta-feira para que a gente possa discutir as formas que vamos adotar para reforçar a nossa luta interna e avançar nas pautas importantes para o desenvolvimento da carreira, como, por exemplo, a liberação, pela universidade, de vagas para cursos de graduação e pós-graduação”, convocou Assis.

21 DE MARÇO

Dia Internacional contra a Discriminação Racial

Por conta disso, na segunda-feira, 21, o GT-Carreira Sintufrrj realizará reunião para discutir a seguinte pauta: maioria penal, cotas na UFRJ e violência contra jovens negros. Local: Espaço Cultural do Sindicato. Horário: às 9h.

Histórico

“O Dia Internacional contra a Discriminação Racial foi instituído pela ONU em 1969 para defender a igualdade dos povos. Do ponto de vista histórico, a data surgiu logo depois do massacre ocorrido na cidade de Sharpeville, na África do Sul, quando a polícia do Apartheid matou 69 negros e feriu 180, no dia 21 de março daquele ano.

A data serve como alerta para aqueles que ingenuamente acreditam na superioridade de raças, pois é preciso que todos se conscientizem da importância de lutarmos pela fraternidade, harmonia entre os seres humanos e a ideia da unicidade biológica da espécie humana.

No mundo moderno, o racismo é uma forma de escravizar o ser humano, admitindo conceitos que impedem a realização da dignidade humana. Nesse sentido a data é uma forma da humanidade pensar

no preconceito racial que impera no mercado de trabalho e nos lares de nossas casas através da televisão, sobretudo no cotidiano dos brasileiros que não assumem geralmente o seu racismo. Ainda há muitos brasileiros que preferem acreditar que a sociedade não tem racismo, dizendo que nós somos uma sociedade marcada pela igualdade das raças. Será que somos realmente o que Gilberto Freire escreveu no livro *Casa Grande e Senzala*?

No Brasil, o Movimento Negro vem lutando para afirmar a nossa cidadania desde os tempos dos navios negreiros. O desejo é um só: que brancos e negros vivam com dignidade e igualdade, apesar de os governantes conservadores dizerem por aí que todos somos iguais perante a lei, coisa que há muito tempo o movimento negro já desmentiu. A verdade é que o Brasil nunca foi cordial ou tratou algum dia com igualdade os seus habitantes de pele negra, tendo em vista que o nosso país é campeão mundial de violação dos direitos humanos da nossa comunidade negra. No Brasil, por exemplo, de cada 4 pessoas que a polícia mata, 3 são negras. Só na Paraíba para cada jovem branco que é assassinado de forma

violenta, morrem 20 jovens negros, como foi divulgado em relatório pelo Ministério da Justiça.

Diante desse quadro, o racismo é o principal vetor responsável pelas péssimas condições humanas de nossa população afro-brasileira. Portanto, na minha concepção, a suposta democracia racial é um mito criado para esconder esta brutal desigualdade racial, mito este que muitos políticos e empresários adoram divulgar para o conjunto de nossa população, uma vez que ele funciona como uma forma de anular as nossas críticas a esse injusto, desumano e racista sistema capitalista que historicamente vem atuando no sentido de impedir o povo brasileiro de enxergar suas profundas raízes africanas (o Brasil não é a *Malbação* da Globo!).

Vamos acabar com todas as formas de discriminação contra os índios, judeus, ciganos, etc. É preciso a luta de todas as etnias para que possamos enfrentar esse monstro chamado racismo. A inspiração para pôr fim às desigualdades étnicas vem do Quilombo de Palmares, onde os palmarinos nos ensinaram a viver num país democrático e com justiça social para todos. Pena que a revis-



GT - Antirracismo
Dia 21/3, às 9h
no Espaço Cultural do Sintufrrj
Pauta: Maioridade penal
Cotas na UFRJ
Violência contra jovens negros

Sintufrrj
 SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ta *Pais&Filhos* ainda não aprendeu a lição, pois já faz um ano que não traz uma criança negra na capa, segundo o *Correio Nagô*, da cidade de Salvador, e isto só demonstra o quanto estamos longe de vivermos

uma verdadeira democracia racial.”

Por **Jair Silva**, historiador, coordenador do Movimento Negro de Campina Grande e aluno do curso de especialização em História e Cultura Afro-Brasileira da UEPB.

Nota pública da UFRJ sobre a conjuntura política do Brasil

“O Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, reunido no dia 10 de março de 2016, manifesta sua preocupação com o agravamento da crise política e econômica no país e suas consequências para os direitos civis, políticos e sociais da maioria da população.

A relativização dos direitos fundamentais, como se os fins justificassem os meios, a inaceitável politização do modo de agir da Polícia Federal e a adoção de práticas autoritárias, verdadeiros atos antidemocráticos de força, como a condução coercitiva do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, justificada em nome da “ordem pública”, lembram a Lei de Segurança Nacional e aproximam setores do Judiciário das práticas de exceção a serviço de inte-

resses políticos particularistas. A ameaça à democracia também está materializada nos intentos de Reforma da Previdência, de sobreposição do acordado sobre o legislado, como desejado pelo novo presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), e pelos cortes orçamentários

que comprometem tanto o futuro da universidade pública quanto o de áreas estratégicas para o país, como a Ciência, a Tecnologia e a Cultura.

Os cortes orçamentários, realizados em favor do pagamento dos juros e serviços de uma dívida nunca examinada, como exige a

Constituição (art. 26, DCT, CF), são incompatíveis com a garantia plena dos preceitos constitucionais que fundamentam os direitos cidadãos. A universidade, referenciada na afirmação do pensamento crítico, na indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, requer verbas públicas adequadas de custeio e capital para realizar as suas elevadas funções sociais.

A UFRJ expressa seu compromisso com a apuração dos fatos que motivaram as recentes intervenções do Judiciário, independentemente de posições político-partidárias, reafirma a sua defesa intransigente dos princípios constitucionais democráticos e republicanos presentes na Constituição Federal, e manifesta sua disposição viva de lutar pelas garantias democráticas individuais e do povo brasileiro.”



Novo calendário acadêmico de 2016

A sessão do Conselho Universitário no dia 10 aprovou as datas de início e fim dos períodos letivos de 2016.

Para a graduação (exceto medicina, fisioterapia, fonoaudiologia e terapia ocupacional), o primeiro período vai de 4 de abril a 6 de agosto de 2016; o segundo, de 29 de agosto a 9 de janeiro de 2017.

Para os ingressantes através do curso de 2016, o primeiro semestre será também de 4 de abril a 6 de agosto, mas o segundo, de 30 de agosto a 7 de janeiro de 2017.

Para os alunos do Colégio de Aplicação, o primeiro período será de 8 de março a 30 de julho e o segundo, de 31 de agosto a 22 de dezembro.

Para os alunos da Escola de Educação Infantil, o primeiro período será de 28 de março a 31 de julho e o segundo, de 22 de agosto a 10 de fevereiro.

Mais detalhes, como o calendário para os estudantes de medicina, fisioterapia, fonoaudiologia e terapia ocupacional e estudantes dos cursos de graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), feriados nacionais, municipais e festividades, podem ser consultados no link das Resoluções de 2016 do Conselho Universitário, na página www.consuni.ufrj.br.

Orçamento volta à ordem do dia

No último Consuni, o reitor voltou a externar preocupação com a situação financeira da universidade: “Temos preocupação muito viva em relação às perspectivas para 2016”, disse. Na sexta-feira, dia 11, finalmente a Associação Nacional de Reitores das Ifes (Andifes) conseguiu marcar uma reunião com a presidente Dilma Rousseff com o objetivo de repactuar o acordo com o MEC sobre o programa de Reestruturação e Expansão das Universidades (Reuni), que refletiu em expansão de vagas em todas as instituições universitárias federais brasileiras.

Segundo Roberto Leher, a expectativa dos reitores é que a reunião tenha um foco claro: a necessidade de repactuação do orçamento e de pessoal. “Me refiro aos técnicos-administrativos, porque não há vaga para realização de concurso necessário, e à recuperação de investimento para conclusão das obras”. Ele disse que o resultado da reunião com Dilma será informado à comunidade por nota pública.

Reuni e a UFRJ

“No caso da UFRJ, de 2006 até 2015, nós incluímos, em número de estudantes, o equivalente a uma Universidade Federal de Santa Catarina, que tem um porte considerável”, comparou o reitor para justificar a necessidade de realização de concursos para docentes e técnicos-administrativos e redimensionamento dos recursos de investimento e custeio, processo que foi desacelerado ou interrompido. “Podemos afirmar que do ponto de vista do investimento tivemos um gravíssimo retrocesso no orçamento das universidades”, afirmou.

Prestação de contas

Na mesma sessão do Consuni, no dia 10, o pró-reitor de Planejamento, Orçamento e Gestão, Roberto Gambine, apresentou relatório sobre a situação orçamentária da UFRJ até aquela data.

O relatório informa que da cota do limite de empenho (ou seja, que a universidade pode empenhar) para 2016 foram liberados 80% dos recursos de custeio (R\$ 249.179.584,00) e 40% dos recursos de investimento (R\$ 30.787.716,00). O déficit em dezembro de 2015 era de R\$ 128.690.208,63. Foram incorporados no orçamento de 2016 R\$ 45.719.125,12 e resta empenhar, de 2015, R\$ 82.971.083,50.

O relatório informa ainda a liberação de 100% do orçamento participativo das decanias, unidades e hospitais a partir de 15 de março.

Moradores do Fundão recorrem contra despejo

Moradores de oito casas localizadas em frente ao Centro de Tecnologia Mineral, na Cidade Universitária, relataram ao Conselho Universitário, no dia 10, que foram informados (informalmente) de uma ordem de despejo ou desapropriação seria executada contra eles no dia 22 de março. Mas que recorreram ao Ministério Público Federal e à Defensoria Pública Federal para estender o prazo.

A situação foi apresentada pela representação estudantil no colegiado, que, além de externar a preocupação com a ameaça iminente de despejo, solicitou abertura de diálogo com a Reitoria sobre como ficaria a situação das famílias residentes no local. Foi proposta a formação de uma comissão, composta por servidores indicados pelo gabinete do reitor e um representante dos moradores, para discutir a realocação das famílias.

Roberto Leher manifestou-se favorável ao pedido de prorrogação do prazo para execução da ordem de despejo e à constituição da comissão.

FAÇA PARTE DESSA HISTÓRIA

Sintufjr: uma entidade de luta e de prestação de serviços à categoria

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ (Sintufjr) é o maior da base da Fasubra (Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil). Sua trajetória de lutas começou em 1982, quando a categoria vence o imobilismo da então Associação dos Servidores da Universidade do Brasil (Asufrj) e realiza sua primeira greve. Em 20 de outubro de 1993 a Asufrj é transformada em Sintufjr.

Os técnicos-administrativos em educação da UFRJ são referência em combatividade para toda a categoria nas instituições federais de ensino superior (Ifes) do país. Isso porque estão sempre na liderança das lutas nacionais deflagradas pela Fasubra e participando das mobilizações extramuro, como ocorreu, por exemplo, pela redemocratização do país – sempre sob a liderança do Sintufjr.

Mas o Sintufjr não faz somente luta por conquistas sociais, econômicas, pela defesa da autonomia universitária e por respeito à sua dignidade de trabalhador responsável pela construção de saberes na universidade e por garantir seu pleno funcionamento. A entidade também proporciona a seus sindicalizados vários serviços para promoção de saúde e bem-estar da categoria e seus dependentes, como também cursos, inúmeros convênios, lazer e cultura. Confira os benefícios:

Cursos

O Intensivão do Curso Pré-Vestibular do Sintufjr (CPV) prepara para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e para a prova da Uerj. Quem não concluiu o terceiro ano do segundo grau e for aprovado no Enem recebe seu diploma de conclusão do curso. A oportunidade oferecida pelo Sintufjr aos sindicalizados (e seus dependentes) é mais uma chance para os técnicos-administrativos em educação das classes A, B e C se qualificarem para pleitear aumento de salário.

Além disso, o Sintufjr oferece ao longo do ano cursos de capacitação para a categoria. Pela nova carreira conquistada pelos técnicos-administrativos em educação, qualificação garante melhoria salarial.

Jurídico

Os sindicalizados e seus dependentes dispõem de advogados nas áreas cível e trabalhista, e também contam com o atendimento das equipes do Departamento de Gestão

de Processos, que informa sobre o andamento das ações coletivas e recebe documentos para formação de novas ações. O DGP funciona de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, atende pelo telefone 3194-7133 e/ou pelos e-mails: julianaabaully@sintufjr.org.br e rafaelmello@sintufjr.org.br O trabalhador de Macaé deve utilizar esses meios de comunicação para agendar a ida de advogado ao campus para atendê-lo.

No campus da Praia Vermelha o plantão de advogados ocorre às quartas-feiras, das 9h às 12h. O agendamento é feito pelos telefones 2542-9143 e 2295-6648.

O departamento também conta com advogados na área cível, que atendem todos os dias por agendamento. Em direito de família, tratam de separação, divórcio, partilha, guarda, adoção, tutela/curatela. Em direito tributário, realizam a defesa em procedimentos de execução fiscal e ações revisionais. Em procedimentos extrajudiciais, também assessoram na compra de imóveis, tratam de notificações, atuam na defesa do consumidor, revisão de contratos e usucapião.

Os advogados da área trabalhista orientam o técnico-administrativo em tudo o que diz respeito à sua relação com a UFRJ, como carreira e RJU, assédio moral, entre outros problemas.

Pelo telefone 3194-7119, das 9h às 17h, o trabalhador agenda o atendimento com um dos advogados de plantão.

O plantão na Praia Vermelha é na última segunda-feira do mês, das 10h às 13h, e o agendamento é feito pelos telefones 2542-9143 e 2295-6648.

Espaço Saúde Sintufjr

Oferece à categoria e seus dependentes musculação, ginástica localizada, circuito funcional, circuito saúde, jump, step, gap, atividades físicas para grupos especiais, pilates, RPG, dança de salão, zumba e ritmos.

Terapias – um conjunto de práticas psíquicas e corporais, cujo objetivo é harmonizar a saúde do indivíduo. Tais como: bambu terapia, terapia de gancho, drenagem linfática manual, pedras quentes, auriculoterapia, reflexologia podal

e ventosa terapêutica.

O Espaço Saúde funciona de segunda a sexta-feira, das 6h30 às 19h.

Oficinas

Música – Cavaquinho, banjo e violão.

Patchwork e pintura.

Convênios

São muitos os convênios firmados pelo Sintufjr com empresas à disposição da categoria e seus dependentes, tais como: auxílio funeral, auxílio natalidade, planos de saúde Amil, Unimed e Golden Cross, plano dentário, cursos de línguas estrangeiras, colégios, faculdades (Estácio de Sá, Unisumam, entre outras), pousadas, academias de concursos, Liceu de Artes e Ofícios, seguradoras etc.

Espaço Cultural do Sintufjr

Local onde são realizadas comemorações festivas e eventos socioculturais e político. É também um espaço franqueado à categoria para realização de festas pessoais.

Endereços

◆ Sede do Sintufjr – Praça Jorge Machado Moreira, s/nº, Cidade Universitária. Telefones: 3197-7101/3194-7104/3194-7105. Aberta das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira.

◆ Subsede Praia Vermelha – Avenida Pasteur, 250, fundos. Telefones: 2542-9143 e 2295-6648. Aberta das 8h às 16h, de segunda a sexta-feira.

◆ Subsede IFCS (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais) – Largo de São Francisco, s/nº, sala 402. Telefone: 3852-1026. Funciona às segundas-feiras, quartas-feiras e sextas-feiras, das 9h às 17h.

◆ Subsede no HUCFF (Hospital Universitário Clementino Fraga Filho) – Rua Machado Augusto Andrade, s/nº, Cidade Universitária. Telefone: 3866-6939. Funciona de segunda a sexta-feira, das 9h às 21h.



O I Encontro Nacional de Aprimoramento de Carreira de 2016, realizado pela Fasubra nos dias 26 e 27 de fevereiro, foi o ponto de partida para a deflagração de amplo debate nas bases sobre o tema. Com isso, a intenção da Federação é levar para a mesa de negociação com o governo um posicionamento conjunto da categoria.

Os participantes do Encontro compartilharam informações e socializaram documentos, e o evento cumpriu seu objetivo, que era fazer uma síntese das principais discussões que têm sido feitas desde a implementação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) nos fóruns sindicais e da Federação pela categoria.

Calendário

Além de pautar as entidades de

base, o Encontro também aprovou um calendário: até sexta-feira, dia 18, os sindicatos devem encaminhar à Fasubra o resultado do debate produzido sobre a descrição de cargos no que diz respeito à racionalização; e 30 de abril é o prazo para as entidades enviarem à Federação o produto final da discussão realizada com a categoria.

A recomendação é que nos meses de março e abril seja debatido o aprimoramento sobre os seguintes temas: a relação da Comissão Interna de Supervisão (CIS)/Fasubra com a Comissão Nacional de Supervisão da Carreira (CNSC); aumento dos padrões de vencimento e capacitação (Anexo III); reconhecimento de saberes e competências (RSC); técnico substituto e dimensionamento.

O Encontro não teve caráter deliberativo e as CIS também foram convidadas a participar.

Sugestões apresentadas no I Encontro que contribuem para o debate nas bases sobre cada tema:

Relação CIS-Fasubra-CNSC

– Fortalecer o vínculo da Fasubra com as CIS; o funcionamento das CIS que tem dependido da posição da Administração Central e da sua interação com o Sindicato; necessidade de ampla discussão sobre as CIS para não correr o risco de perder essa conquista que veio com o PCCTAE; construção de um canal direto entre CIS e CNSC/Fasubra; realização, pela Fasubra, de levantamento a respeito da realidade das CIS em cada instituição, por meio de questionamento aos sindicatos; orientação aos sindicatos para pressionar os reitores a garantir infraestrutura para as CIS que ainda não contam com isso, a implantá-las onde não tem e fortalecer as existentes; orientar as CIS a incluírem em seus regimentos internos a liberação dos membros para que realizem as atribuições da comissão, e cobrar dos reitores que respeitem essa decisão, principalmente em relação aos coordenadores; capacitação para os integrantes da CIS oferecida pela CNSC-Fasubra; treinamentos regionais anuais oferecidos pela Fasubra sobre carreira; realizar outros encontros ou seminários para capacitação ou formação dos membros da CIS, e no Fórum Nacional da CIS eleger uma pessoa para participar, como ouvinte, das reuniões da CNSC; que a composição da CNSC não seja feita por indicação das forças políticas; que a composição da CNSC se mantenha como

indicação das forças políticas; e resgatar o GT-Carreira como um grupo técnico para discutir as propostas enviadas sobre a carreira.

Mudança nos padrões de vencimento e capacitação (Anexo III)

O PCCTAE é dividido em cinco níveis de classificação: A, B, C, D e E, e essas cinco classes compõem conjuntos de cargos de uma mesma hierarquia, classificados com base em alguns requisitos, como escolaridade. Cada uma dessas classes divide-se em quatro níveis de capacitação (I, II, III e IV), sendo que cada um desses níveis tem 16 padrões de vencimento básico. Sugestões:

– Em qualquer alteração, contemplar os aposentados que se encontram no último nível, e levantar a preocupação de como inserir os aposentados na nova proposta de tabela; vinte quatro padrões de vencimento: utilizar as quebras e retirar o degrau da tabela entre os cargos D e E; que a carga horária seja única, padronizada, independente da classe, assim como no incentivo à qualificação (no momento não sabemos qual seria a carga horária ou horários ideais, pois o interstício de 18 meses e o step são os mesmos para todas as classes); para os níveis de capacitação, manter os quatro níveis e, a partir do quarto, aumentar a carga horária em 20 horas a cada novo curso, e oferecer o incentivo a cada novo curso; diminuir a diferença da porcentagem de incentivo à qualificação entre a especialização (30%) e o mestrado (52%), porque em muitos casos

Sintufrij deflagra amplo debate

A discussão nas bases sobre o tema foi decidida no I Encontro que também estabeleceu prazos para



UMA das reuniões de discussão e trabalho do Encontro, que reuniu técnicos-administrativos em educação.

um curso de especialização é mais importante para o trabalho diário do servidor; todas as falas são no sentido de aumentar os padrões de vencimento para contemplar as mudanças feitas nas últimas reformas da Previdência Social. Adequar, também, o tempo que o servidor fica na carreira com a progressão por capacitação. Em decorrência dessa proposta, atualizar o Anexo III; a proposta de aumento dos padrões de vencimento e níveis de capacitação deve levar em conta o tempo que já está “represado” para ativos, e para esse mesmo tempo haver revisão para aposentados.

Reconhecimento de saberes e competências (RSC)

A proposta foi apresentada pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) e, segundo análise da Fasubra feita em julho de 2015, é no sentido de contem-

plar a aquisição de saber novo; apresenta elementos positivos ao reconhecer a participação do técnico-administrativo em educação no desenvolvimento de protótipos e registros de propriedade intelectual; desenvolvimento, produção e transferência de tecnologias; publicação de artigos científicos, capítulo de livro, anais de congresso, entre outros; desenvolvimento de pesquisas e atividades de extensão que proporcionem a articulação institucional com os arranjos sociais, culturais e produtivos; desenvolvimento de pesquisas e aplicação de métodos e tecnologias educacionais e de gestão.

A proposta contempla, ainda, o reconhecimento da atuação em atividade de assistência técnica nacional e/ou internacional; orientação ao corpo discente em atividades de extensão, pesquisa e inovação; produção material institucional (manuais, apostilas, cartilhas, folders etc); produ-

ção acadêmica, tecnológica e de material didático, nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração, entre outros.

No entanto, os elementos valorizados refletem uma visão produtivista e academicista existente também na carreira docente, e contemplam prioritariamente os níveis mais altos da hierarquia dos cargos técnico-administrativos em educação. Sugestões:

– Aceitar a ideia, mas trabalhar os critérios para que atenda toda a categoria. O RSC tem que se adequar ao PCCTAE e não ao contrário; que o RSC mantenha a concepção da nossa carreira; restabelecer as diretrizes para progressão, pois as apresentadas pelo Conif não contemplam o fazer nas universidades; descer a discussão para a base aprofundar os estudos, pois é uma proposta com elementos novos e precisa ser mais bem compreendida. Entretanto, estipular prazos e

REIRA

Debate sobre aprimoramento

Encontro Nacional de Aprimoramento da Fasubra, em 2016, para apresentação dos resultados



Foto: Fasubra

educação das Ifes e Sinasefe

elaborar minuta em conjunto com o Sinasefe, pois o projeto de lei já se encontra no governo (Congresso), e se a Fasubra não se posicionar, ela será atropelada pelas outras entidades; a CIS, a CNSC e os sindicatos de base deverão ser os órgãos que irão fiscalizar o RSC, bem como estipular diretrizes para cada ambiente organizacional, com base na realidade de cada universidade; estipular como será o RSC para os aposentados; a Fasubra deve deixar claro que não é contra os RSC e nem a sua base; a proposta de RSC apresentada pelo Sinasefe não contempla os princípios do PCCTAE, portanto, não nos contempla; a Fasubra deve ter proposta própria que contemple o PCCTAE e seus princípios; a proposta deve ter critérios gerais para todos e específicos ligados aos ambientes organizacionais; a proposta pode ser interessante, desde que não substitua o Incentivo à Qualificação (IQ);

apresentadas preocupações sobre os perigos de estarmos abraçando um novo projeto que, para alguns, cumpre muito mais uma pauta do governo do que dos trabalhadores. Uma das principais preocupações é que não atingiria todos os trabalhadores; o RSC está presente no PCCTAE e, inclusive, baseou o enquadramento, quando a distribuição dos níveis de classificação não levou em conta somente o ensino formal, mas também a experiência adquirida; devemos adotar posição de cautela, amplificando a discussão, pois o tema é novo para nós; devemos melhorar, propondo novos critérios para a obtenção do RSC, de acordo com a realidade dos trabalhadores; a realidade dos trabalhadores das universidades é diferente da dos trabalhadores dos institutos. Devemos levar isso em consideração; devemos adotar como critério para obtenção do RSC um tempo de serviço mínimo;

devemos buscar a condição de reconhecer o serviço de muitos trabalhadores que, embora com pouco ou nenhum ensino formal, contribuem para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa; reconhecer o trabalho de muitos que exercem funções muito acima do cargo pelo qual estão contratados; nosso pleito deve ser o mesmo dos professores, portanto, seja trabalhador antigo ou recente, se cumprir os critérios, deve ter o mesmo direito.

Técnico substituto

É uma proposta do Conif que está na forma de projeto de lei, o que implica a alteração da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993. Ela cria a função pública de Técnico-Administrativo em Educação Substituto. Seria uma figura semelhante ao do professor substituto, que existe atualmente nas universidades.

Na análise da Fasubra, também de julho de 2015, a proposta

de alteração da lei não resolve o problema de insuficiência de pessoal das Ifes, uma vez que ela é estrutural. A proposta constitui medida paliativa que traz para dentro das Ifes o risco de se estabelecer um processo de contratação nos modelos da terceirização, que pode se tornar uma solução permanente, como já vivenciamos no passado em relação à categoria docente.

Na proposta do Conif não há garantia do condicionamento do técnico substituto ao Plano de Desenvolvimento Institucional dos Integrantes da Carreira e ao Plano Anual de Capacitação. Além disso, ainda dá margem para que os recursos para contratação de substitutos sejam retirados dos escassos recursos destinados à capacitação e qualificação para contratação de pessoal.

No entanto, em face da grande demanda apontada pela categoria em relação à dificuldade de liberação para afastamento para qualificação, cabe uma reflexão sobre as possibilidades de como suprir essa demanda. Poderia ser uma outra forma de contratação única e exclusivamente para afastamento por qualificação? Poderia ser através do dimensionamento? Poderiam ter outras alternativas? Sugestões:

– Não aceitar, porque a proposta abre as portas para a terceirização; não aceitar, mas elaborar uma política de capacitação e qualificação que alcance todos os servidores; não aceitar e, no dimensionamento, incluir um quantitativo de funcionários por setor que consiga cobrir os afastamentos que surgirem; não aceitar e utilizar como base legal para requerer o afastamento para qualificação a Portaria nº 27, de 15 de janeiro de 2014, que institui o Plano Nacional de Desenvolvimento Profissional dos servidores integrantes do PCCTAE; aceitar e estipular o técnico substituto para apenas alguns casos de afastamento e não para todos os previstos na proposta atual; aceitar e estipular o técnico substituto apenas para os afastamentos para qualificação do servidor; o salário do técnico substituto deve ser igual ao do técnico substituído; não aceitar e utilizar as normas para afastamento elaboradas e utilizadas pela Unifesp; preocupação com a terceirização e precarização do trabalho; a Fasubra precisa saber os números dos terceirizados nas instituições; o técnico substituto pode representar uma maior abertura para terceirização; contratação de pessoal suficiente para que não seja necessário substituto eventual; estudar uma forma de garantir a contrata-

ção de técnico substituto para os casos de afastamentos para qualificação e licença-gestante; na discussão foram apresentadas propostas a favor e contra. As propostas a favor tinham como argumento o uso somente para as licenças de qualificação e de capacitação; as propostas contrárias tinham como argumento a possível precarização e terceirização do trabalho e dos trabalhadores; o técnico substituto pode vir de cima para baixo, devemos pensar uma proposta da Fasubra. A Fasubra deve ter sempre uma carta na manga; e a Fasubra deve elaborar uma proposta para técnico substituto de forma muito criteriosa.

Dimensionamento

O dimensionamento da força de trabalho merece amplo estudo em função de sua complexidade, segundo a Fasubra, e deve ser tanto qualitativo quanto quantitativo. Com a implantação do PCCTAE, o dimensionamento em todas as Ifes passou a ser uma exigência legal, sendo um elemento estratégico para o planejamento dessas instituições como forma de identificação, análise e qualificação da força de trabalho necessária ao cumprimento dos objetivos institucionais, considerando os trabalhadores do quadro efetivo, bem como toda e qualquer forma de vínculo, como, por exemplo, terceirizados, bolsistas, cedidos, estagiários. Sugestões:

– A Fasubra deve elaborar um roteiro para que os sindicatos de base façam o levantamento da força de trabalho de cada instituição; esse trabalho é importante para que a Fasubra se aproprie dos dados sobre a real força de trabalho nas universidades e, assim, poder ter subsídios para negociar um modelo de dimensionamento com o governo; o mundo do trabalho exige que se trabalhe com modelos matemáticos e dados; a Fasubra precisa ter clareza de seus números. Há necessidade de a direção contratar consultoria estatística ou de ciências atuariais para auxiliar no trabalho com dados; dados são fundamentais para definirmos os próximos passos da Federação; os institutos federais já têm um dimensionamento definido, o MEC já deve ter uma proposta guardada na manga com base no que acontece nos institutos; a Fasubra precisa elaborar uma proposta para dimensionamento; e ver a experiência da UFRN, onde foi criado programa de computador que ajuda na tarefa de fazer o dimensionamento dos setores.

Continua na próxima página

CARREIRA

Propostas para outros pontos debatidos no Encontro

Pedido de inclusão do tema Gratificação na pauta de aprimoramento da carreira; todas as alterações propostas no PCCTAE deverão incorporar os aposentados; a Fasubra deve atentar para o processo de Avaliação de Desempenho que

está sendo implementado nas Ifes, e como se dá esse processo. Em muitas Ifes o processo não é pedagógico, mas de perseguição, punição e assédio moral dos trabalhadores; é preciso parar de deixar de lado as demandas dos novos servidores. Sempre é

feita a defesa dos aposentados em detrimento da defesa dos novos servidores; desde fevereiro de 2013 os novos servidores irão se aposentar com o teto do INSS; temos muito pouco tempo para decidir muitas coisas; É necessário deixar claro que mestrado

e doutorado nunca foram para todos; não há oferta de pós-graduação *stricto sensu* em massa. Não estamos no momento de recusar propostas e precisamos avaliar tudo que está sendo colocado; a Fasubra precisa parar de trabalhar de forma reativa. Há

necessidade de ter propostas nas diversas frentes que representa; precisamos fazer uma luta que represente os anseios de todos os servidores ativos e aposentados. Os anseios dos novos servidores devem ser considerados nos novos pleitos da categoria.

Dimensionamento é tema de seminário nacional de gestores

Fasubra participa do seminário e avalia como importante a aproximação do movimento sindical com os pró-reitores de Gestão de Pessoas das Ifes para congregar propostas

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Gestão de Pessoas das Instituições Federais de Ensino (Forgepe) realizou dias 3 e 4 de março, em Goiânia (GO), o Seminário sobre Dimensionamento de Pessoal das Universidades e Centros Tecnológicos de todo o País. O evento contou com vários painéis sobre estudos do dimensionamento nas universidades dos estados do Mato Grosso, Goiás, Rio Grande do Sul e Pará.

A Fasubra, representada pelo coordenador de Políticas Sociais e Gênero, Francisco de Assis, participou das discussões. A Federação busca a formulação de uma proposta de matriz de dimensionamento factível que se aproxime da realidade das universidades. O Forgepe foi criado em 2014, em

caráter permanente, para assessorar a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) em questões relacionadas às políticas de pessoal nas Ifes.

Realidade das Ifes foi o centro do debate

O Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) completou 11 anos em janeiro. No entanto, o elemento fundamental do processo de sua implantação – o “Dimensionamento da Necessidade de Pessoal e Matriz de Alocação de Vagas” – acabou por não se concretizar.

Para avançar no tema, o seminário priorizou discutir a realidade de cada instituição. O

evento contou com dezenas de representantes das Ifes e na programação foi reservado espaço para as instituições participantes apresentarem os avanços nos programas de dimensionamento. As experiências servirão para a formulação de propostas de dimensionamento que possam atender às demandas das universidades e centros tecnológicos em negociação com o Ministério da Educação (MEC).

Segundo o coordenador nacional do Forgepe, Mauro Cortês, as discussões atuais sobre pessoal giram em torno de dois eixos principais: o dimensionamento do sistema, que é feito com base em documento elaborado pelo MEC para o assunto, e a alocação de pessoal dentro das instituições

federais de ensino superior. O seminário foi encerrado com discussão da minuta de dimensionamento em negociação com o MEC.

“Aproximação importante”

Para o coordenador da Fasubra e do Sintufjr, Francisco de Assis, o seminário foi um momento importante e abriu a possibilidade de aproximação do movimento sindical com os pró-reitores de Gestão de Pessoas, com o objetivo de congregar propostas de discussão para o aprimoramento da carreira. “Para construir o aprimoramento (da carreira) é necessário ter o dimensionamento da força de trabalho. E esse é um grande debate”, afirmou o dirigente. E explicou que o MEC

estabeleceu regras de distribuição de vagas sob a ótica quantitativa, que precisa ser aperfeiçoada com debate qualificado.

“Precisamos ter conhecimento da necessidade real da força de trabalho de ponta a ponta nas Ifes – número de docentes, técnicos-administrativos, terceirizados e bolsistas existentes, porque todos entram no fazer das universidades – para dimensionar a necessidade real de pessoal”, afirmou Assis.

Ele informou que o pleno da Andifes se reunirá para discutir a questão, inclusive com a Fasubra, preparando o debate com o governo, que oferece uma proposta resumida ao quantitativo de pessoas. “Precisamos avançar mais”, concluiu Assis.



Foto: Renan Silva

O ACORDO, fruto da última greve da categoria, garantiu negociação com o governo sobre o aprimoramento do PCCTAE. A foto é da assembleia que deflagrou o movimento grevista, realizada no dia 21 de maio de 2015, com o auditório do Quinhentão (CCS) lotado

Educação emancipadora e crítica sob ameaça

Projetos de lei em tramitação nas câmaras municipais, assembleias legislativas e no Congresso Nacional retiram do professor o papel de educador e o põem sob suspeição

Tramitam em diversas câmaras de vereadores e assembleias legislativas no país projetos direcionados às escolas estaduais e municipais denominados Programa Escola sem Partido. Também tramita na Câmara Federal o projeto de Lei nº 867/2015, que inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, esse mesmo programa. O programa é considerado um ataque direto a qualquer projeto de educação emancipadora e crítica.

Na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o vereador Carlos Bolsonaro (PP) apresentou, em 2014, o mesmo programa (sob a forma do Projeto de Lei nº 867/2014). “Os conteúdos morais dos programas das disciplinas obrigatórias deverão ser reduzidos ao mínimo indispensável para que a escola possa cumprir sua função essencial de transmitir conhecimento aos estudantes” e o professor “deverá abster-se de introduzir, em disciplina obrigatória, conteúdos que possam estar em conflito com as convicções morais dos estudantes ou de seus pais”.

PROFESSOR
José Carlos
Madureira



Sepe reage

O Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (Sepe) não tem dúvidas: “A proposta retira a autonomia do exercício docente e proíbe aos nossos alunos o direito de construir seus próprios conceitos”.

O projeto, que já tinha saído de pauta uma vez, estava com votação prevista para o dia 1º de março. Mas como a categoria aprovou paralisação na mesma data e organizou uma manifestação, a sessão acabou suspensa por falta de quórum. Além disso, no dia 4, o vereador Bolsonaro requisitou que o projeto fosse retirado da pauta.

Para o Sepe, a retirada da pauta foi possível por causa da intensa pressão da categoria e de amplos setores da sociedade.

Atraso

“O programa deveria ser rebatizado de Escola sem democracia e escola sem liberdade”, diz o coordenador da Regional I do Sepe e diretor de Políticas Sociais da executiva estadual da CTB, José Carlos Madureira. Como professor de sociologia na rede privada e na rede pública estadual do Rio de Janeiro, ele aponta que as consequências do projeto vão além das já graves restrições políticas, porque o professor estará proibido de abordar assuntos que contrariem interesses da família do aluno.

“Por exemplo, se a família adota a teoria Criacionista, não se poderia em ciências ou biologia abordar a teoria Evolucionista. O mesmo se daria com o conhecimento sobre a história da África, que muitos alegam colidir com convicções religiosas; ou em relação à educação contra a homofobia e outros avanços, em função de preconceitos”, argumenta Madureira, que comemora o fato de o projeto ter sido retirado de pauta duas vezes por força da mobilização dos professores.

“Mas o Sepe continua na mobilização. Ainda mais agora que foi deflagrada a greve na rede estadual. Esta é uma agenda nacional, porque o pai do vereador Carlos Bolsonaro, o deputado federal Jair Bolsonaro, apresentou projeto com o mesmo conteúdo na Câmara Federal”, informa o professor, que chama a atenção, também, para o fascismo embutido na proposta, que, sob a máscara de garantir a democracia, é uma tentativa de retorno ao período obscurantista.

Contra a educação transformadora

A organização que criou o Programa Escola sem Partido (que tem o mesmo nome) defende que professores não são educadores e que a escola deve apenas instruir. Para o Sepe-RJ, o projeto é totalmente contrário a um princípio básico da educação transformadora, que se baseia num processo contínuo de crítica e de construção de opiniões que rejeitam, por si só, qualquer neutralidade.

“Essa proposta antidemocrática resume o processo de formação a um só pensamento, dando a um determinado grupo o controle dos valores, interesses, possibilidades que fazem parte da construção do conhecimento”, diz a entidade.

Carta de Repúdio

O GT-Ensino de História e Educação da Associação Nacional de História do Rio de Janeiro afirma na Carta de Repúdio que o programa constitui um ataque direto a qualquer projeto de educação emancipadora e crítica, e alerta que no site do programa encontra-se disponível a cartilha intitulada *Flagrando o Doutrinador*, que expõe a tônica da proposta desta organização, que é apresentar os professores que investem em um processo educativo que dialoga com a realidade do aluno como criminosos que devem ser denunciados.

A cartilha traz uma lista de características que deveriam ser buscadas na atividade docente para fazer as denúncias contra os professores. A primeira delas diz o seguinte: “Você pode estar sendo vítima de doutrinação ideológica quando seu professor se desvia frequentemente da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional”.

“Isso é um absurdo! A educação não pode ser dissociada da instrução! A realidade dos alunos, os fatos que estão acontecendo no mundo e são relatados nos noticiários são a matéria do diálogo aberto que existe dentro da sala de aula, diálogo este no qual alunos e professores trazem as suas experiências cotidianas e seus saberes para constituírem juntos o conhecimento escolar”, critica a entidade.

Trabalhadores da Educação em greve realizam manifestações

Os trabalhadores da educação – profissionais das escolas estaduais e do Cefet, como também da Uerj – que entraram em greve no início de março realizaram, na semana passada, os primeiros atos para marcar a mobilização. O alvo das manifestações foi a administração do governador Luiz Fernando Pezão.

Técnicos-administrativos e docentes da Uerj, apoiados por estudantes, fizeram protesto na segunda-feira, dia 7, em frente ao Hospital Universitário Pedro Ernesto. O ponto inicial da greve é em defesa da universidade. Os sucessivos governos do Rio de Janeiro vêm sucateando a instituição, e no governo Pezão já houve corte de 16%. Na sexta-feira, 11, os professores da rede estadual fizeram passeata.

Reivindicações

As reivindicações são reajuste salarial,



pagamento de bolsas de estudo estudantis em atraso, dedicação exclusiva na aposentadoria, entre outros direitos trabalhistas, e ainda ampliação do restaurante universitário do campus Maracanã, construção de mais unidades nos campi, passe-livre intermunicipal e intermodal, obras de melhoria no Pedro Ernesto e melhores condições de trabalho.

Os profissionais das escolas estaduais que iniciaram greve dia 2 por tempo indeterminado participaram, no dia 8, do Ato do Dia Internacional da Mulher, realizado no Centro do Rio. Eles reivindicam reajuste salarial, combatem as propostas de mudança no sistema previdenciário dos servidores estaduais que estão na Assembleia Legislativa (Alerj), pedem o retorno do calendário anterior de pagamento, fim do parcelamento de salários e pagamento integral do 13º salário (que foi parcelado em cinco vezes), entre outras

Sexta-feira, dia 18, serão realizados atos em todo o país pela defesa da democracia

Não ao retrocesso e pela manutenção de direitos!

A edição da revista *CartaCapital*, que circulou semana passada, foi precisa na avaliação sobre o golpe em curso contra a democracia. Veja alguns trechos do editorial: “O verdadeiro golpe de Estado que está orquestrado e em marcha pretende uma investida ainda mais acentuada do que aquela do golpe de 1964. Sem tanques, sem tropas nas ruas, e sem precisar romper a institucionalidade”.

“A ruptura pretendida será profunda: significará a renúncia a qualquer projeto de desenvolvimento nacional autônomo e a uma política externa soberana.

Será o regresso aos tempos da política externa de FHC, de realinhamento automático aos interesses geopolíticos, econômicos, militares e ideológicos dos EUA. Será o desejado fim do Mercosul e a retomada da Alca”, que já combatemos tempos atrás.

“Esse novo Estado, antissocial e antinacional, antidemocrático e antipopular, montado sem ferir a ordem institucional, reduzirá a remuneração e as garantias do trabalho – pois imperarão as leis do neoliberalismo, em benefício dos ganhos de capital.”

Fala-se em redução do salário

mínimo e no Senado está a liquidação do pré-sal. Existem no Congresso Nacional 55 projetos de lei que ameaçam os direitos sociais.

“O neoliberalismo, enfim implantado sem peias, aprofundará inevitavelmente a crise econômica e aumentará o desemprego – e a conjugação dessas pragas construirá o caos social, justificativa para a redução das franquias, dos direitos dos trabalhadores e da liberdade sindical.”

Este é o diagnóstico, mas o tratamento e a cura cabem à classe trabalhadora, aos setores progressistas e aos movimentos sociais.

Frente Brasil Popular ocupa as ruas

As centrais sindicais CUT e CTB, os movimentos sociais e partidos progressistas, reunidos na Frente Brasil Popular, estão nas ruas puxando manifestações em defesa da democracia e do ex-presidente Lula. A mobilização visa combater a tentativa de golpe da direita. A Frente defende mais conquistas para a população em geral e para a classe trabalhadora, e combate a ameaça da retirada de direitos.

A semana passada foi de atos e panfletagens no país inteiro como resultado da convocação da direção nacional da Frente Brasil Popular Rio (FBP), que realizou plenária no dia 7 de março, reunindo cerca de mil pessoas, no Sindicato dos Bancários. A expectativa no momento é mobilizar o maior contingente possível de pessoas, em todas as capitais e cidades de grande porte, para ocupar as ruas na quinta-feira, 18 de março, que será o Dia Nacional de Mobilização contra o Golpe e em Defesa da Democracia. No dia 31 haverá o Ato Nacional Unificado em Brasília.

A reação da Frente resulta das últimas ações da Lava-Jato. A arbitrariedade do juiz Sérgio Moro despertou

a militância e os setores progressistas da sociedade, pavimentando, assim, o caminho da resistência pela mobilização popular contra o golpe de Estado em curso.

“O alvo não é só Lula ou Dilma, mas a nação. A classe trabalhadora e os movimentos sindicais que a representam são e serão certamente as principais vítimas da investida reacionária”, afirma o presidente nacional da CTB, Adilson Araújo. O dirigente alerta que é imperioso intensificar a conscientização e mobilização da classe trabalhadora e esclarecer o povo brasileiro sobre os reais interesses e atores envolvidos no jogo político.

“É denunciar e desmascarar as mentiras da mídia burguesa e ganhar a batalha das ruas, que se tornaram arenas decisivas da luta de classes. É hora de mobilização total contra o retrocesso neoliberal e o golpismo, em defesa da democracia, da soberania nacional e da valorização do trabalho”, conclama o presidente da CTB.

Para o presidente da CUT nacional, Vagner Freitas, defender Lula é defender a classe trabalhadora e

a inclusão social. “O Brasil viveu o tempo inteiro da sua história o tempo da exclusão. Tempo em que os trabalhadores não eram respeitados. Nós mudamos isso. Nós elegemos o Lula presidente da República, e com a eleição dele veio o respeito, a inclusão social, a geração de emprego e os trabalhadores sendo protagonistas de suas vidas. Agora querem punir os trabalhadores. Tirar os seus direitos. E quem exemplifica isso? O Lula. Por isso querem incriminar Lula. Lula representa a história e a trajetória de luta de um país, de um continente contra os interesses do poderosos”, sustenta Freitas.

Lula, principal líder popular da história do Brasil, foi constrangido a depor coercitivamente pela Polícia Federal, sem que ele tenha se recusado a prestar as informações solicitadas. O próprio ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio afirmou a ilegalidade do ato. Desmascarada a primeira tentativa de desmoralizar Lula, o Ministério Público de São Paulo o acusa de lavagem de dinheiro e falsidade ideológica na suposta aquisição do triplex no Guarujá e pede sua prisão preventiva.

PASSEATA DOS CEM MIL – Dia 26 de junho de 1968, Avenida Presidente Vargas: trabalhadores, estudantes, artistas, intelectuais foram às ruas contra o golpe das elites, apoiadas pelos militares, que impôs duas décadas de atraso ao país, além de assassinar centenas de pessoas



Por que o golpe

Durante os dois governos do presidente Lula, avançou-se aceleradamente nas melhorias sociais. O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro virou o sétimo do mundo. O aumento real do salário mínimo foi de 77,18%. Foram gerados mais de 15 milhões de novos empregos formais e retirados 40 milhões de brasileiros da miséria. Recentemente, mais de seis milhões de empregadas domésticas – historicamente marginalizadas em nossa sociedade – passaram a ter seus direitos trabalhistas reconhecidos.

Com medo da candidatura de Lula em 2018, a mídia golpista e setores do Judiciário espalham desinformação e reproduzem

maciçamente a manipulação e a distorção dos fatos. Foi criado um roteiro, seguido meticulosamente pelo Ministério Público, pela Polícia Federal e pela grande imprensa, para desestabilizar o governo Dilma. Ele já foi aplicado em outros países latino-americanos, como no Paraguai, em 2012, e usa intensivamente a informação e a imprensa para impactar a opinião pública com denúncias de corrupção institucional com pessoal, de políticos, ministros, governantes e dirigentes de empresas estatais e privadas.

Essa ação das forças conservadoras, expressa na ação seletiva da Lava-Jato, prenuncia ataques sistemáticos aos direitos e con-

quistas da classe trabalhadora e aos sindicatos, como já está acontecendo no Congresso Nacional, com uma agenda parlamentar que retira direitos, precariza as relações de trabalho, fere a soberania nacional e compromete as políticas de proteção social.

É uma luta pelo poder e pela direita, que na mão grande quer destituir a presidente Dilma Rousseff – eleita legitimamente e sobre a qual não existem provas, apenas um mau governo, o qual está fragilizado – e ao mesmo tempo quer destruir a imagem do principal líder popular do país, para não ser mais uma ameaça nas próximas eleições.

O que defendemos

Os direitos dos trabalhadores, melhorias das condições de vida, emprego, salário, aposentadoria, moradia, saúde e educação, terra e transporte público para a população. Uma política econômica voltada para o desenvolvimento, com distribuição de renda. O objetivo é promover reformas estruturais para construir um projeto nacional de desenvolvimento democrático e popular.

Contra o que lutamos

Contra o ajuste fiscal e todas as medidas que retiram direitos, eliminam empregos, reduzem salários, elevam tarifas de serviços públicos, estimulam a terceirização, ao mesmo tempo que protegem a minoria rica.

Lutamos contra a especulação financeira nacional e internacional, que transfere para uma minoria, por vias legais ou ilegais, através da corrupção e de contas bancárias secretas, parte impor-

tante da riqueza produzida pelo povo brasileiro.

Lutamos por uma reforma tributária que – por meio de medidas como o imposto sobre grandes fortunas e a auditoria da dívida – faça os ricos pagarem a conta da crise. Lutamos por uma reforma política soberana e popular e que fortaleça a participação direta do povo nas decisões políticas do país. Lutamos contra a criminalização dos movimentos sociais.

Uma manhã dedicada às mulheres

O papel da mulher na maternidade, no mercado de trabalho e no movimento sindical foi tema do debate promovido pelo Sintufrij em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, na terça-feira, 8 de março. O evento foi aberto pelas coordenadoras sindicais Marli Rodrigues e Delma Dutra.

A manhã estava quente, o equipamento de som resolveu não colaborar, falhando de vez em quando, e, como as pessoas iam chegando aos poucos, o início previsto da programação teve que ser adiado. Mas nenhum desses contratemplos atrapalharam o brilhantismo do evento organizado pelo Sintufrij, no Espaço Cultural da entidade.

Em nome do Sindicato, Marli saudou os presentes, e Delma leu a conclusão do estudo “A mulher sindicalista e sua luta por espaço na sociedade”, produzido por Davi Zaia (deputado estadual do PPS-SP).

Luta da sindicalista

O estudo do parlamentar paulista ressalta as desigualdades impostas às mulheres no mercado de trabalho – “As mulheres recebem 25% menos que os colegas homens” – e homenageia a ousadia de feministas históricas, como Maria Quitéria, que em 1822 se vestiu de homem para lutar na Guerra da Independência e, depois de descoberta, continuou incorporada à tropa por sua coragem e méritos; Edwiges Maria Becker, primeira mulher a se formar em engenharia, em 1919; Leolinda de Figueiredo Daltro, precursora da participação feminina nas campanhas eleitorais e candidata à Constituinte em 1933.

O texto também lembra os avanços e as principais personagens brasileiras na luta pelo voto feminino, e destaca um dos primeiros registros de liderança da mulher no movimento sindical. Segundo a pesquisa do deputado, isso ocorreu em 1937, quando a bancária Gysmunda Pezzi assumiu (por pouco tempo) a presidência do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul.

“Por sua entrada tardia no plano da política e no mercado de trabalho, a participação da mulher em cargos máximos nos sindicatos, movimentos sociais, estudantis e partidos políticos ainda é reduzida: cerca de 20%”, diz o texto. Mas o estudo ressalva que, com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, aumentou também o número de reivindicações específicas nas campanhas salariais sindicais, como as de proteção à maternidade e paternidade, igualdade de oportunidades e salários, e contra o assédio moral e sexual.

Saudações

Thais Oliveira, do sexto período

do curso de Engenharia de Produção, dirigente do Centro Acadêmico da Engenharia e do Movimento de Mulheres Olga Benário, afirmou que o espaço da universidade é hostil às mulheres e, no espaço da Engenharia, as meninas são frequentemente questionadas em relação à sua capacidade para estar ali. “Quero saudar este espaço. O Sintufrij sempre fez debates legais. Quero saudar o texto que coloca também vitórias e não apenas o quanto somos subjugadas. Temos exemplo de mulheres que, embora não sozinhas, conseguiram avanços na luta”.

Thais estava acompanhada da presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Engenharia, Thais Rachel Zacharia, do 6º período do curso de Engenharia do Petróleo, que disse que o Coletivo Feminino Com Ciência estava sendo formado na UFRJ.

Waldinea Nascimento, presidente da Associação dos Trabalhadores Terceirizados da UFRJ, destacou que o Sintufrij sempre priorizou a questão da mulher: “Isso deve ser parabenizado, aplaudido, porque não é todo espaço que fala da

mulher. A mulher tem que ir à luta, disputar espaços. Não se calar, mas denunciar quando for violentada. Temos o papel de falar com nossas vizinhas, amigas, parentes e também com os homens sobre dividir as tarefas domésticas”.

Marli agradeceu aos aposentados presentes, em especial às mulheres: “Nossas queridas, que estão sempre aqui com a gente. Às mulheres que fizeram a história da universidade quero dizer que vocês são valorosas”.

Justina Gomes da Silva informou sobre a inauguração do Bazar dos Aposentados, que fez parte da programação do evento. “Tudo o que for arrecadado será revertido em prol dos aposentados”, disse.

Dança e lanche

A homenagem às mulheres trabalhadoras da UFRJ contou com uma aula de dança oferecida pelos professores da Oficina de Dança do Sintufrij David Vieira e Edson Paixão, com a participação de profissionais do Espaço Saúde Sintufrij, e foi encerrada com um lanche coletivo.



ESTUDANTES Thais Oliveira e Thais Rachel



COORDENADORAS sindicais Marli Rodrigues e Delma Dutra recepcionaram as trabalhadoras e estudantes da UFRJ

“Mulheres, trabalho e maternidade”



Esse foi o tema da palestra proferida por Rita de Cássia Oliveira Gomes, diretora da Divisão de Inclusão, Acessibilidade e Assuntos Comunitários da Superintendência Geral de Assuntos Estudantis da UFRJ (Dinaac/SuperEst).

Rita sustenta que, embora haja no 8 de Março destaque para temas como a situação das mulheres no mercado de trabalho e todo tipo de violência praticada contra o sexo feminino, há outros pouco abordados, como a maternidade no mundo do trabalho.

“Por exemplo, o recorte de gênero deve enfrentar com firmeza a redução da morte materna. É inadmissível que mulheres ainda morram no parto. As políticas públicas são fundamentais para reforçar a cidadania das mulheres”, disse ela.

A palestrante mostrou a importância da criação e consolidação de políticas públicas que resguardem e ampliem os direitos das mulheres, superando barreiras, como as chamadas “barreiras de gênero”, e superando a desigualdade na divisão sexual do trabalho.

“As mulheres saíram para buscar espaços no mundo do trabalho, mas os homens não foram para dentro de casa dividir as tarefas domésticas. As mulheres dedicam duas vezes mais tempo aos afazeres domésticos que os homens”, afirma Rita, acrescentando que elas passaram a provedoras do lar, mas continuam também cuidadoras.

“Reafirmar-se no mercado de trabalho e dar conta dos afazeres domésticos tem levado muitas

mulheres a desenvolver uma série de patologias, pois elas lutam pelo reconhecimento público, mas não querem abrir mão de sua felicidade pessoal, do direito à maternidade”, observa a técnica-administrativa.

O desafio, segundo ela, é justamente uma nova articulação entre a vida privada e o mundo do trabalho, no sentido de preservar o direito de ambos os sexos usufruírem esses dois mundos sem sacrifícios individuais.

“É preciso avançar na legislação e alterar relações de trabalho entre mulheres e homens. A dupla jornada de trabalho das mulheres é uma das principais responsáveis pelas condições desiguais entre mulheres e homens no mundo do trabalho”, concluiu Rita.